

A visibilização dos oprimidos provocados pelos cidadãos repórteres na Internet em contextos de regimes autoritários ou democracias deficitárias

**por Carine Roos*

RESUMO

Objetivo do presente artigo é mostrar a relevância dos cidadãos repórteres em visibilizar, a partir da Internet, a realidade política, social e cultural de seus países que ao estarem submetidos por regimes autoritários ou democracias deficitárias, especialmente em períodos de convulsão, têm os seus direitos básicos negados como a liberdade de expressão e de manifestação em que a própria imprensa ou compactua com o governo encobrindo a realidade vigente, ou também é censurada por esse. Nesses casos, os cidadãos repórteres fazem o trabalho da imprensa ao denunciarem as opressões sofridas por meio de blogues e no compartilhamento de informações via imagem, áudio e texto em tempo real pelas suas redes sociais, na tentativa de ao provocarem comoção em nível mundial, modificarem o status quo daquele país. A partir da análise de conteúdo daquilo que os cidadãos repórteres publicaram em blogues e redes sociais, foi possível compreender não só a problemática vivenciada por esses sujeitos, mas um redimensionamento do “outro” antes apenas imaginado ou simplesmente esquecido, e da própria realidade desse país. Assim, ao mesmo tempo em que a Internet possibilita a racionalização dos oprimidos pela cobertura dos cidadãos repórteres, ela reproduz as relações de poder daqueles que podem ter acesso e voz a esse meio, uma vez que só quem faz uso pleno da Internet é ainda aquele que possui mais renda, maior educação e capital informacional.

Palavras-chave: Internet, cidadão repórter, opressão, regime autoritário, democracia deficitária

* Carine Roos é pesquisadora do CNPQ e jornalista, graduada em jornalismo pela Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e graduada em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e-mail: carine.roos@gmail.com

Vivemos em um mundo de intensas transformações em que a tecnologia assume um papel cada vez mais preponderante na sociedade. Seu avanço provoca uma nova forma de agir e interagir entre as pessoas reestruturando toda a organização social. Esta nova estrutura é denominada cibercultura. Pierre Lévy (1999, p.17) a define como um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. Assim, a sociedade contemporânea está sendo alterada por uma intensa revolução tecnológica que tem como motor as técnicas de informação. Segundo Castells (1999, p.50-51), o que caracteriza esta atual conjuntura é a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

Nesse sentido, surgem novas formas de comunicação possibilitadas pela reconfiguração do espaço de informação na Internet, isto é, com a liberação do polo emissor da informação, antes restrito aos jornalistas, qualquer cidadão em sua rede social ou blog pode noticiar, emitir opiniões, fazer vídeos, imagens e áudios sobre a realidade que os cerca. Em outras palavras, um cidadão conectado pode contar a sua própria história, narrar um acontecimento de sua comunidade, fazer um vídeo em tempo real ao mesmo tempo em que compartilha em a sua rede social, enfim, ser um protagonista da notícia, uma vez que há a reestruturação dos papéis de emissor e receptor de informações propiciadas pela singularidade do ambiente digital. Por conseguinte, a visibilidade da informação que esse cidadão gera, antes encoberta ou esquecida, produz uma nova dimensão da realidade política, social e cultural daquele local enunciado.

Dessa forma, a Internet instrumentaliza e empodera os cidadãos, que a partir de críticas, denúncias ao sistema público e autoridades, direitos humanos violados, gera mobilizações, maiores adeptos e apoios de organizações, o que pode produzir pressão política em nível mundial, uma arma que tensiona a ordem e ajuda alterar padrões acerca da realidade vigente.

As redes de computadores aumentam as capacidades dos ativistas políticos. Elas permitem coalizões virtuais, são um meio mais rápido e menos caro de comunicação com capilaridade global e disponibilidade de dados que multiplicam as capacidades que indivíduos e grupos têm de denunciar, articular e promover campanhas. As comunidades virtuais que essas redes criam são armas poderosas para gerar solidariedade transnacional com relação a muitas problemáticas. (RIBEIRO, 2000, p.489)

É crucial, nesse aspecto, que os movimentos sociais se apropriem dessas esferas públicas - que se traduzem em espaços em que há uma autonomia pública dos agentes sociais conferida pela soberania popular – e, ao exercerem o direito à liberdade de expressão, sejam os porta-vozes de suas demandas e anseios. O que também está em jogo para os movimentos sociais de hoje é o direito de participar na própria definição do sistema político, o direito de definir aquilo no qual querem ser incluídos (DAGNINO, 2000, p.44-45). Com isso, a liberdade que a Internet proporciona tanto da pronúncia pública quanto de manifestações expressivas por meio de áudios, vídeos, imagens mixadas e remixadas fazem parte de uma nova configuração de esfera pública a partir da cultura de compartilhamento e colaboratividade proporcionada pelo meio digital redimensionando novas formas de engajamentos políticos e sociais, que podem apresentar conteúdo crítico e impulsionar debates e trocas discursivas entre os agentes.

Essas novas configurações de engajamentos são frutos da cultura digital colaborativa que inauguram atitudes cívicas viabilizadas pela Internet. Nesse aspecto, devemos também encarar as manifestações de esferas públicas virtuais abarcando essa nova dimensão, a partir da linguagem audiovisual e da colaboratividade própria dessa cultura digital. Desse modo, entram em cena dois conceitos relevantes para esse artigo, o de cidadão repórter e o de mídias sociais. O primeiro está relacionado ao cidadão produtor de informações, aquele que busca pautas, apura, escreve, faz e edita áudio, vídeo, imagem e publica, seja via celulares, câmeras amadoras, mas que ele seja processo e agente da notícia. Já as várias plataformas que possibilitam a participação e a publicação de informações pelos cidadãos no meio digital serão definidas nesse artigo como mídia social, tais

como: ¹blogues, ²Flickr, ³Myspace, ⁴Facebook, ⁵Twitter entre outros. Igualmente, faz parte da cultura digital a disseminação e o compartilhamento de informações a partir de mídias sociais geradas pelos cidadãos repórteres que o tornam protagonistas na visibilização pública de suas realidades locais.

Na medida em que mais cidadãos utilizam as ferramentas tecnológicas como forma de pressão, críticas e protestos, maiores são as chances dos cidadãos repórteres influenciarem instâncias governamentais e mídias convencionais a respeito de suas problemáticas. Nesse aspecto, Castells (1999) coloca que todas as formas de política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório. O particular do ambiente online é que ele habilita qualquer cidadão a ser uma mídia. Apesar disso, independentemente do tipo de apropriação que é feita pelos usuários dessas ferramentas, elas por si só já propiciam possibilidades de práticas democráticas por meio da liberdade expressiva da palavra, debates a partir de encontros virtuais seja em fóruns, grupos de e-mails, salas de bate-papos, comentários em blogues entre outros. A vantagem, é a possibilidade de reunir pessoas dos mais diversos cantos em um mesmo ambiente.

Obviamente que o alargamento da democracia na Internet também está vinculado ao seu acesso e a diversificação de classes sociais e culturas fazendo uso desse meio. Para tal, as políticas de massificação de acesso a banda larga devem estar atreladas a políticas de inclusão social, educacional, profissional, equipamentos e estruturas que viabilizem uma autonomia e cidadania plena das comunidades. O que leva a pressionarmos o governo para se empenhar em realizar políticas públicas de acesso a banda larga que integrem às comunidades a esse “capital

1 Um blog, segundo Foschini e Taddei (2006), é um site atualizado regularmente com estrutura cronológica. Por meio deles é possível publicar informações como textos, áudios, vídeos, imagens.

2 O Flickr é um site de rede social que hospeda e compartilha imagens fotográficas categorizadas em arquivos por palavras-chaves. A interatividade se dá pela possibilidade de ao compartilhá-las, adicionarem comentários.

3 O Myspace é um site de rede social de fotos, blogs e perfis de usuários, inclui também e-mail, fóruns e grupos. O fato de poder agregar músicas na rede fez com que muitas bandas e músicos se registrassem, fazendo de suas páginas de perfil seu site oficial.

4 O Facebook é um site de rede social em que usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, em que é possível trocar mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. Para mais informações: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook> Acessado em: 09 fev. 2011

5 O Twitter é um site de rede social que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos em até 140 caracteres. As atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores.

informacional” como pensa Castells. Da mesma forma, as arenas públicas nas quais a exclusão sociocultural, de gênero, racial e econômica, e não apenas política, pode ser contestada e ressignificada, deve ser vista também como parte integrante da expansão e aprofundamento da democracia (ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A, 2000, p.42).

A partir desse panorama, trago três exemplos de opressão vivenciados pelos cidadãos repórteres de seus respectivos países, que ao blogarem, fazerem uso de redes sociais como Twitter, subirem vídeos, imagens de seus celulares, resultaram em uma contra hegemonia informativa fundamental para países que não apresentam uma democracia consolidada, são autoritários, violam os direitos humanos básicos das pessoas como a liberdade expressiva da palavra, o direito de se manifestarem e que também, em muitos casos, a própria mídia convencional compactua com o governo silenciando as violências ocorridas com os cidadãos e destoam a real problemática desses países, como também, em momentos de convulsão, são as primeiras a serem censuradas pelo governo. Nesse caso, o papel dos cidadãos repórteres é o de provocarem a comoção em nível mundial, que ao visibilizarem a realidade política, social e cultural sofrida nesses países denunciam a situação vigente.

O primeiro caso ocorrido situa-se em Honduras, com o presidente deposto ⁶Manuel Zelaya pelo exército hondurenho, colocando em seu lugar, Roberto Micheletti, presidente do Legislativo de Honduras. Zelaya que até então estava fora de seu país escondido, em 22 de setembro de 2009, entrou clandestinamente em Honduras e alcançou a embaixada brasileira na cidade de Tegucigalpa, conseguindo abrigo para si e outros 63 correligionários. Imediatamente, o governo hondurense cercou prédio, restringiu o acesso ao local e impôs toque de recolher aos cidadãos, houve corte de luz, energia elétrica e telefone ao prédio da missão diplomática brasileira. Zelaya, em entrevista à TV Globo, informou que sua estada na embaixada era uma forma de proteção e resistência para buscar apoio político, o que gerou uma crise na diplomacia brasileira, uma vez que ele não pretendia asilo político, mas angariar forças para combater Micheletti. Em 25 de setembro foi

6 Para mais informações sobre o ocorrido em Honduras com Zelaya e a crise da diplomacia brasileira no país: <http://pt.globalvoicesonline.org/2009/10/03/brasil-a-crise-de-honduras-alcanca-a-embaixada-brasileira/> Acessado em: 08 fev 2011.

confirmada o ataque à missão diplomática com gases tóxicos, provocando tensão entre as pessoas presentes. O fato é que Michelletti decretou estado de sítio no país, proibiu manifestações, perseguiu opositores, censurou a mídia convencional. Cidadãos repórteres entraram em cena denunciando ao mundo a partir de mídias sociais e o compartilhamento de informações na Internet a crise política instaurada no país. O projeto HablaHonduras adicionava informações e opiniões que circulavam em mídias sociais, constituindo um espaço para o debate público sobre a situação política em Honduras (ALMEIDA, 2009).

O segundo caso é o da famosa blogueira cubana tendo ganhado inúmeros prêmios por seu ativismo, ⁷Yoaní Sánchez, que em 6 de novembro de 2009 foi espancada por autoridades do governo junto aos seus colegas blogueiros Claudia Cadelo e Orlando Luís Pardo Lazo, quando estavam a caminho da marcha anti-violência na capital cubana. No dia seguinte, Yoaní relatou toda a violência submetida por ela e seus colegas em seu blog. Aqui, Yoaní já apresenta visibilidade internacional, a tentativa era clara: Silenciar a blogueira de oposição ao regime, cuja consequência fora seu espancamento junto aos amigos. No meio da brutalidade, Yoaní conseguiu chamar a atenção ao enviar uma mensagem para sua rede social Twitter em seu celular, assim como, registros de imagem e vídeos da violência física foram postados em blogs. Nenhuma matéria na mídia convencional foi realizada sobre o ocorrido.

O último caso aqui relatado é o que ainda está ocorrendo no ⁸Egito, desde o dia 25 de janeiro de 2011 milhares de cidadãos egípcios estão nas ruas exigindo uma reforma econômica e o fim do mandato de 30 anos do presidente Hosni Mubarak. Neste dia, a rede social ⁹Twitter foi bloqueada e as linhas de celulares encerradas, no dia 28 de janeiro, o acesso à Internet foi amplamente cortado em todo o Egito, na tentativa de conter as mobilizações e organizações de protesto na rede. Desse

7 Para mais informações sobre o episódio de violência ocorrido com Yoaní Sanchez e seus colegas: <http://pt.globalvoicesonline.org/2009/11/12/cuba-yoani-sanchez-e-outros-blogueiros-apreendidos/> Acessado em: 08 fev.2011

8 Para mais informações sobre a revolução no Egito, acesse o link do Global Voices que está fazendo a cobertura especial dos protestos nesse país, noticiando a partir de mídias produzidas por cidadãos repórteres: <http://pt.globalvoicesonline.org/cobertura-especial/protestos-no-egito-em-2011/> Acessado em: 08 fev.2011

9 Para mais informações sobre o bloqueio na rede social Twitter e o apagão da Internet: <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/01/28/egito-o-apagao-da-internet/> Acessado em: 08 fev.2011

modo, o Twitter e a empresa ¹⁰SayNow do Google uniram esforços e lançaram o “SpeaktoTweet”, que permite qualquer cidadão egípcio ligar para um número internacional e gravar uma mensagem de voz a ser publicada na conta do Twitter @speak2tweet. Em 2 de fevereiro, as autoridades egípcias restauraram a Internet, e durante esse período jornalistas e meios de comunicações internacionais tiveram suas transmissões interrompidas devido ao corte nos satélites. Com isso, cidadãos repórteres têm feito o trabalho da imprensa ao visibilizarem a opressão na qual estão expostos, ¹¹filmando a violência que ocorre nos bastidores da revolução, em que a própria televisão estatal encobre, capturando ¹²imagens dos protestos anti-Mubarak e enviando para redes sociais, fazendo uso do serviço “SpeaktoTweet” ao gravarem suas mensagens para serem repassadas diretamente ao Twitter.

Especialmente nos casos em que há violações de direitos humanos em contextos de regimes autoritários ou democracias deficitárias, a Internet tem sido o único meio de expressão de denúncias dos povos subjugados, que tem como propósito provocar organizações internacionais, autoridades e públicos externos, na tentativa de resolução daquele conflito, ou seja, a atuação no ciberespaço se dá como forma de pressão política interna e repercussão externa, que a partir do movimento fora para dentro, os efeitos e impactos no país são gerados. A possibilidade de visibilidade pública da situação pode libertar oprimidos e modificar o status quo daquele país. Aliado a isso, tem sido bastante útil também na mobilização de esforços em lugares que sofreram abalos por desastres naturais como o Haiti, o Chile, as enchentes ocorridas no Rio de Janeiro, além de pressão para conter projetos de lei que regulamentam a Internet, como no Brasil, o projeto de lei popularmente conhecida como ¹³“Lei Azeredo”, da mesma forma na ¹⁴Venezuela.

10 Para mais informações sobre o serviço “SpeaktoTweet”: <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/02/01/egito-vozes-furam-o-apagao-gracas-ao-google-e-ao-twitter/> Acessado em: 08 fev. 2011

11 Para ver os vídeos dos cidadãos repórteres sobre a violência praticada pelas tropas governistas: http://pt.globalvoicesonline.org/2011/02/06/egito-midia-cidada-expoe-a-violencia-durante-blecaute-midiatico-imagens-fortes/?utm_source=twitterfeed&utm_medium=facebook Acessado em: 08 fev.2011

12 Para ver as imagens capturadas pelos cidadãos repórteres dos protestos em Cairo: <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/02/04/egito-quando-fotos-falam-mais-alto-que-palavras/> Acessado em: 08 fev.2011

13 Mais informações sobre o projeto de lei que regulamenta a Internet no Brasil, popularmente conhecido como “Lei Azeredo” <http://hiperficie.wordpress.com/2008/07/17/baixar-arquivos-vai-virar-crime/> Acessado em: 09 fev. 2011

14 Mais informações sobre o projeto de lei que visa regulamentar a Internet na Venezuela: <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/12/26/venezuela-projeto-de-lei-para-regulamentar-a-internet-suscita->

Nos termos de Dussel (1994), a partir da possibilidade de dar voz a esses oprimidos viabilizados pelo ambiente digital, o “outro” provoca reações em nível mundial, a ponto, de em alguns casos, pautar a grande mídia. Há um processo de inversão de poder propiciados pelo ciberespaço. A epifania surge no momento em que provoca e permite a reflexão sobre os governos autoritários e as democracias deficitárias existentes no mundo, sobre aqueles que até então eram apenas imaginados ou simplesmente esquecidos. É necessário que o distinto apareça para que seja visto e potencialmente escutado. Parafraseando Dussel (1994), o “outro” está fora da totalidade, mas quando são visibilizados no meio online, em momentos de convulsões, provocam uma comoção mundial impulsionados pelos cidadãos repórteres ao disseminarem vídeos, fotos, imagens, em tempo real, dos oprimidos por um determinado regime. Certamente que não ocorrerá uma assimilação do “outro”, mas provocações que façam pensá-los. Nesse sentido, a rede digital amplia a possibilidade de racionalização do distinto, proporciona o atrito a partir da realidade dos oprimidos.

Com a Internet, há a possibilidade da história local se globalizar. Ela oferece a perspectiva do subjugado ao exprimir sua condição e realidade em blogues, vídeos, imagens, áudios compartilhados na rede. Existe a possibilidade do falar a partir de seus locais de enunciação “soy donde pienso”, conforme Mignolo (2003) reflete, e não mais a partir da mediação seletiva de um veículo. Os pensamentos de fronteiras podem ser potencializados no ambiente digital.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que a Internet visibiliza uma parte da diverssalidade e pluralidade daqueles que podem falar nesse meio, os incluídos digitalmente e que, assim, tem acesso as estruturas de poder. Há, portanto, uma heterogeneidade e diferenciação dos oprimidos, conforme Spivak(2010) lembra. Vale também a seguinte indagação, quem de fato fala? Uma vez que há uma reprodução das estruturas de poder também nesse meio, aqueles com maior renda, maior educação, que possui “capital informacional” nos termos de Castells. Logo, deve ficar claro que existe a possibilidade de afirmação de apenas alguns falarem na Internet.

Referências

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A . *O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos*. In ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede V1: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 3a ed., 1999.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade V2: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 3a ed., 1999.

DUSSEL, Enrique. *El Encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural Editores, 1994.

FOSCHINI, Ana Carmen e TADDEI, Roberto Romano. *Coleção conquista a rede – jornalismo cidadão – você faz a notícia*. Agosto, 2006.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais, Projetos Globais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual*. In ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakrovarty. *Pode o Subalterno Falar?*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ALMEIDA, Y. Blogue Trezentos. Disponível em: <http://www.trezentos.blog.br/?p=2512> Acesso em: 08 Fevereiro 2011.